



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO



CONTRATO N 165/2023 DE PRESTA  O DE SERVI  OS M  DICOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNIC  PIO DE S  O FRANCISCO DO BREJ  O (MA) E A EMPRESA INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GEST  O - IDG, NA FORMA ABAIXO.

Aos dois dias do m  s de maio do ano de 2023, de um lado, o **MUNIC  PIO DE S  O FRANCISCO DO BREJ  O (MA)**, atrav  s do **FUNDO MUNICIPAL DE SA  DE**, pessoa jur  dica de direito p  blico interno, inscrita no CNPJ sob o n 14.001.532/0001-58, com sede administrativa na AV. Castelo Branco n 64, Centro, neste ato representado por seu Secret  rio Municipal o Sr. **JHON ELIS CRUZ DE LIMA**, brasileiro, solteiro, portador da c  dula de identidade de n 019343522001-6 SSP-MA e do CPF n 047.051.833-20, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GEST  O - IDG**, pessoa jur  dica de direito privado inscrita no CNPJ sob o n 03.667.683/0001-23, com sede na Rua Marcelino Champagnat/33 Jupiter II n 16 Edif. Crist. Center Sala 902, Renas  en  a, S  o Lu  s - MA, neste ato representada pelo Sr. Paulo Herberth Neves Cabral, brasileiro, solteiro, contador, portador da c  dula de identidade de n 97765698-5 SSP-MA e do CPF n 966.937.203-82, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Preg  o Presencial n 003/2023 - CPL**, que passa a integrar este instrumento independentemente de transcri  o, na parte em que com este n  o conflitar, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente contrato, regido pela Lei n 10.520/02 e Lei n 8.666/93, mediante as cl  usulas e condi  es seguintes:

CL  USULA PRIMEIRA — DO OBJETO

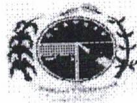
Constitui objeto deste contrato a presta  o de servi  os m  dicos para o atendimento de pacientes usu  rios do SUS no  mbito do munic  pio de S  o Francisco do Brej  o (MA), em conformidade com o **Preg  o Presencial n 003/2023 - CPL** e seus anexos, que independente de transcri  o integram este instrumento para todos os fins e efeitos legais. O presente contrato est   consubstanciado no procedimento licit  torio realizado na forma da Lei n 10.520/2002.

ITEM	DESCRI �O	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA AO M �S	VALOR UNIT �RIO	VALOR MENSAL	VALOR 12 MESES
1	CL ÚNICO GERAL (12 HORAS) Para realizar os atendimentos de urg �ncia e emerg �ncia no Pronto Socorro e enfermarias nas instala ões do Hospital Municipal de S �o Francisco do Brej �o atendendo os requisitos: 1) Comprova �o do Registro no Conselho Regional de Medicina.	PLANT �O	30	1.131,00	33.930,00	407.160,00
2	CL ÚNICO GERAL (24 HORAS) Para realizar os atendimentos de urg �ncia e emerg �ncia no Pronto Socorro e enfermarias nas instala ões do Hospital Municipal de S �o Francisco do Brej �o atendendo os requisitos: 1) Comprova �o	PLANT �O	12	2.261,00	27.132,00	325.584,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

	do Registro no Conselho Regional de Medicina.					
3	GINECOLOGIA/OBSTETRICIA (12 HORAS) Para realização de avaliações e/ ou cirurgias Ginecológicas eletivas no Bloco Cirúrgico do Hospital Municipal de São Francisco do Brejão atendendo os requisitos: 1) Comprovação do Registro no Conselho Regional de Medicina. 2) Possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em obstetrícia.	PLANTÃO	2	3.366,00	6.732,00	80.784,00
4	CIRURGIÃO ORTOPÉDICO (12 HORAS) Para realização de avaliações e/ ou cirurgias Ortopédicas eletivas no Bloco Cirúrgico do Hospital Municipal de São Francisco do Brejão atendendo os requisitos: 1) Comprovação do Registro no Conselho Regional de Medicina. 2) Possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em ortopedia.	PLANTÃO	4	4.592,00	18.368,00	220.416,00
5	ANESTESISTA (12 HORAS) Para realização de avaliações e/ ou cirurgias eletivas no Bloco Cirúrgico do Hospital Municipal de São Francisco do Brejão, atendendo os requisitos: 1) Comprovação do Registro no Conselho Regional de Medicina. 2) Possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em anesthesiologia).	PLANTÃO	2	4.582,00	9.164,00	109.968,00
6	CIRURGIÃO GERAL (12 HORAS) Para realização de avaliações e/ ou cirurgias eletivas no Bloco Cirúrgico do Hospital Municipal de São Francisco do Brejão, atendendo os requisitos: 1) Comprovação do Registro no Conselho Regional de Medicina. 2) Possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em cirurgia geral)	PLANTÃO	2	3.668,00	7.336,00	88.032,00
7	PEDIATRA (12 HORAS) Para realização de avaliações e/ ou cirurgias eletivas no Bloco Cirúrgico do Hospital Municipal de São Francisco do Brejão, atendendo os requisitos: 1) Comprovação do Registro no Conselho Regional de Medicina. 2) Possuir Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em pediatria)	PLANTÃO	2	2.766,00	5.532,00	66.384,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

8	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (8 HORAS)	SERVIÇO	4	10.318,00	41.272,00	495.264,00
TOTAL					108.194,00	1.793.592,00

EXAMES						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. ESTIMADA AO MÊS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR 12 MESES
1	ULTRASSONOGRÁFIAS Para atender as necessidades dos usuários do SUS, no município de São Francisco do Brejão.	EXAMES	200	86,00	17.200,00	206.400,00

TOTAL GERAL DOS SERVIÇOS	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL (12 MESES)
	125.394,00	1.999.992,00

CLÁUSULA SEGUNDA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente Contrato, obriga-se a CONTRATADA a emendar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhes são confiados, obrigando-se ainda a:

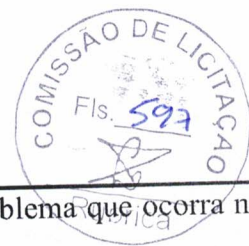
- I) iniciar a execução somente após o recebimento da ordem de serviço, emitida pelo setor competente da Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão- MA, cujas cópias deverão ser apresentadas em anexo às respectivas notas fiscais para efeito de pagamento;
- II) respeitar o prazo estipulado por este contrato para a execução do objeto;
- III) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem incorreções ou defeitos decorrentes da execução;
- IV) comunicar à FISCALIZAÇÃO qualquer irregularidade e providências a serem tomadas na execução do objeto;
- V) facilitar à FISCALIZAÇÃO o acesso aos procedimentos e técnicas adotados;
- VI) responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- VII) Manter durante o prazo de execução do Contrato as exigências de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VIII) O licitante CONTRATADO(A) responderá, perante o usuário, por eventuais danos morais e materiais resultantes da utilização do objeto da licitação, independentemente de culpa;

PARÁGRAFO ÚNICO – O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

- I) Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento, desde que preenchidas as formalidades previstas neste Contrato;
- II) Designar a servidora Siomara Lopes da Silva para, na qualidade de fiscal, acompanhar a execução do objeto deste Contrato;



III) Comunicar à contratada, através do servidor designado, qualquer problema que ocorra na execução do objeto.

CLÁUSULA QUARTA — DO PRAZO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

A vigência do presente contrato será de doze meses, podendo ser prorrogado/aditivado de acordo com necessidade da contratante e dada a característica de serviços contínuos do objeto a ser contratado, ficando comprovada a vantagem econômica para a Administração Pública, nos termos do art. 57, inc. II da Lei n. 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo para a execução do objeto deste contrato é imediato, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- I) A CONTRATADA deverá planejar o fornecimento/serviço à medida que for solicitado pelo gestor do contrato;
- II) O objeto será entregue/executado imediatamente nos dias, locais e horários designados pelo gestor do contrato e, ainda, promovida pela contratada sem nenhum custo para a contratante;
- III) O recebimento somente será considerado efetuado após a análise minuciosa pelo servidor responsável, o qual verificará e atestará se o objeto executado/entregue atende às especificações exigidas pelo edital.
- III) No caso de o objeto não atender às especificações, a Contratada providenciará a substituição/correção dos mesmos, no prazo máximo de 12 (doze) horas.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

As regras referentes a execução dos serviços são as previstas no Termo de Referência do Pregão Presencial nº 001/2023 – CPL.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

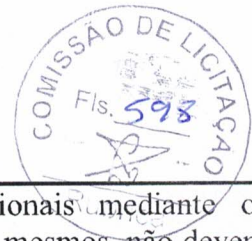
- I) Entregues os produtos/executados os serviços, se estiverem em perfeitas condições, atestado pela CONTRATANTE, será recebido por servidor especialmente designado, que assinará o termo de recebimento.
- II) O termo de recebimento somente será assinado se a CONTRATADA tiver atendido todas as condições especificadas no termo de referência, bem como as especificações apresentadas na Proposta.
- III) Os produtos/serviços objeto deste contrato serão considerados aceitos somente após terem sido conferidos pela respectiva área solicitante e atendidas as especificações e condições exigidas no edital do Pregão Presencial nº 003/2023 - CPL.
- IV) Em hipótese alguma será aceito objeto em desacordo com as condições pactuadas, ficando ao encargo da Contratada o controle de qualidade do fornecimento/execução de sua responsabilidade, bem como a repetição de procedimentos as suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade dos produtos/serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

- I) O pagamento à contratada será efetuado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante empenho, por meio de transferência eletrônica ou ordem bancária, em até 30 (trinta) dias após a aceitação definitiva dos produtos/serviços, com apresentação das notas fiscais do(a) fornecimento/Execução dos Serviços devidamente certificadas pelo Agente Público.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO



- II) O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS proporcionais mediante o(a) fornecimento/prestação dos serviços, à medida que forem entregues os mesmos, não devendo estar vinculado a liquidação total do empenho.
- III) Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar junto às notas fiscais, comprovação de sua adimplência com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT), bem como a quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre os produtos contratados, inclusive quanto o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.
- IV) A periodicidade dos pagamentos será mensal.
- V) Para fins de pagamento, a contratante responsabilizar-se-á apenas pelos produtos/serviços devidamente autorizados e certificados pelos gestores do contrato.
- VI) A atestação da fatura correspondente ao fornecimento/execução caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim.
- VII) Caso sejam verificadas divergências na Nota Fiscal/Fatura, a contratante devolverá o documento fiscal à contratada, interrompendo-se o prazo de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pela Contratante.
- VIII) No caso de faturas emitidas com erro, a contagem de novo prazo iniciar-se-á a partir da data de recebimento do documento corrigido.
- IX) A contratante reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que os produtos foram entregues/executados em conformidade com as especificações do contrato.
- X) A contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada

CLÁUSULA NONA — DO VALOR CONTRATADO

O valor do presente contrato é de R\$ 1.999.992,00 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois reais)

CLÁUSULA DÉCIMA — DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos seguintes recursos:

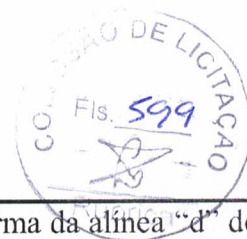
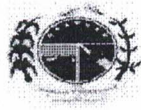
- 10.301.0002.2-102 - Manutenção de Atividades das Unidades Básica de Saúde - UBS
10.302.0002.2-229 - Manutenção do Hospital Municipal Santa Rosa
3.3.90.39 – Outros serviços terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- I) A execução do objeto do presente contrato será feita diretamente a Secretaria Municipal de Saúde e atestado por servidor desta instituição, designado para esse fim.
- II) O responsável pelo recebimento anotar em registro próprio todas as ocorrências.
- III) À Secretaria Municipal de Saúde caberá a fiscalização da execução do objeto. Para tanto, serão nomeados fiscais que terão poderes para exigir da contratada o perfeito atendimento as cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

- I) Os preços serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.
- II) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração, será efetuada a



manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da alínea "d" do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93.

l) Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados.
- c) A paralisação da execução do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- e) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- f) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil.
- g) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato.
- i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o contrato.
- j) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- k) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.
- l) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- m) A não-liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de serviços, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos.
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão execução do contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é permitida a subcontratação total ou parcial para a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DAS PENALIDADES

O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo

PARÁGRAFO PRIMEIRO

No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão -MA;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O atraso na execução do objeto da presente contratação implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso o atraso seja superior a dois dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;

PARÁGRAFO QUARTO

O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em executar o objeto contratado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;

PARÁGRAFO QUINTO

A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei;

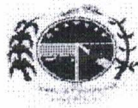
PARÁGRAFO SEXTO

Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;

PARÁGRAFO SÉTIMO – As multas porventura aplicadas como sanção não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Açailândia (MA), comarca da qual o município de São Francisco do Brejão (MA) é termo judiciário, com renúncia expressa de qualquer outro, por



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO



mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela contratada e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Ilton Elias Cruz de Lima
Secretário Mun. de saúde,
saneamento e qualidade de vida
Port. n° 107/2022

São Francisco do Brejão (MA), 02 de maio de 2023

CONTRATANTE
Secretário Municipal

Assinado de forma digital por
PAULO HERBERTH NEVES
CABRAL:96693720382
Dados: 2023.05.02 14:22:31 -03'00'

CONTRATADO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Bruna Pereira dos Santos
CPF: 618.697.883-96

Regis M. Lino
CPF: 057 110 733-1



de Assistência Social 08.122.0006.2-125 - Manutenção do
Fundo Municipal de Assistência Social 08.243.0005.2-204 -
Manutenção do Fundo da Infância e da Adolescência FIA
08.243.0005.2-205 - Manutenção do Programa Criança
Feliz 08.243.0005.2-235 - Serviço de Proteção e
Atendimento Integral - PAIF/CRAS 08.244.0005.2-178 -
Manutenção do Programa Auxílio Brasil 3.3.90.30 -
Material de Consumo São Francisco do Brejão (MA), 05 de
abril de 2023. JHON ELIS CRUZ DE LIMA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,
SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA.

Publicado por: Lucas Silva Alencar
Código identificador: jhizgkgzhxv20230503110506

Extrato do Contrato Nº 165/2023

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL
DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA) EXTRATO
DO CONTRATE Nº165/2023, CONTRATANTE:
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA.
CONTRATADO: INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO - IDG. OBJETO:
prestação de serviços médicos para o atendimento de
pacientes usuários do SUS no âmbito do município de São
Francisco do Brejão (MA) VALOR TOTAL R\$
1.999.992,00 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil,
novecentos e noventa e dois reais) REGÊNCIA: Lei nº
10.520/02 e Lei nº 8.666/93 DOTAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA: 10.301.0002.2-102 - Manutenção de
Atividades das Unidades Básica de Saúde - UBS
Santa Rosa 3.3.90.39 - Outros serviços terceiros - Pessoa
Jurídica São Francisco do Brejão (MA), 02 de Maio de
2023. JHON ELIS CRUZ DE LIMA - SECRETÁRIO
MUNICIPAL DE SAÚDE SANEAMENTO E
QUALIDADE DE VIDA

Publicado por: Lucas Silva Alencar
Código identificador: gifezu1ejd20230503120513

